

<b>QUINTA CÂMARA CÍVEL</b>	
Embargos de Declaração nº: 312402-1	12ª Vara Cível da Comarca de Recife
Embargante: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	
Embargado: JANAÍNA MORAES DOS SANTOS	
Relator	Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Convocado:	

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. OMISSÃO NÃO RECONHECIDA. EMBARGOS REJEITADOS.**

Com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC.

O Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

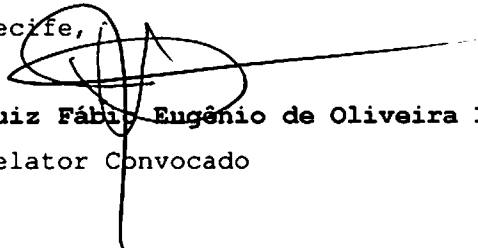
O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

#### ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº **312402-1**, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,

  
Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima  
Relator Convocado



**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

Embargos de Declaração nº: 312402-1 12ª Vara Cível da Comarca de Recife

Embargante: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Embargado: JANAÍNA MORAES DOS SANTOS

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Apelante contra Acórdão desta E. Câmara Cível (fl. 126), assim sumariado:

"APELAÇÃO CIVIL. AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÍVIDA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. NEGATIVAÇÃO POR PARCELA DE DÉBITO NÃO PAGO. MANUTENÇÃO DA RESTRIÇÃO APÓS PAGAMENTO. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM MANTIDO. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1. A empresa associada e usuária do Serviço de Proteção ao Crédito é obrigada e responsável pelo imediato requerimento de cancelamento da inscrição, logo que ocorra a quitação do débito (artigo 43 do CDC, e nos artigos 10 e 12, § 2.º, do Regulamento Nacional dos SPC's).

2. O dano moral puro pautado na ofensa à honra e ao sentimento de dignidade da pessoa decorre da própria manutenção injusta da negativação junto a órgãos de proteção ao crédito, não se exigindo outra prova de prejuízo sofrido pela parte.

3. A negativação mantida indevidamente após o pagamento do débito que a originou, enseja na indenização por danos morais, cujo valor deve ser fixado com base nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, para que não sirva de lucro à vítima, nem tampouco desfalque o patrimônio do lesante.

4. Apelação improvida.

**ACÓRDÃO**

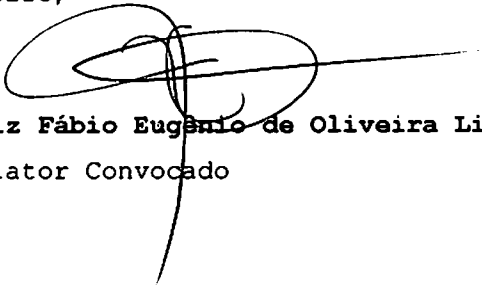
Vistos, discutidos e votados estes recursos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** à apelação cível, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgamento."

Pretende, ainda, prequestionar a violação de artigos legais e constitucionais.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "d", RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife,

  
Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima  
Relator Convocado

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº: 312402-1      12ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Embargante: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO**

**Embargado: JANAÍNA MORAES DOS SANTOS**

**Relator      Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima**

**Convocado:**

**VOTO**

Resta evidente que a embargante quer ver reapreciada o Acórdão. Pretende o embargante rediscutir questão que foi enfrentada em sua totalidade.

Como curial, com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC. Entretanto, a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das exceções previstas.

Anote-se, ainda, que o Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350). E acrescenta que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".

Ademais, as questões jurídicas relevantes para o desate da lide recursal foram examinadas e decididas pela Turma Julgadora, não havendo, neste particular, omissão do julgado.

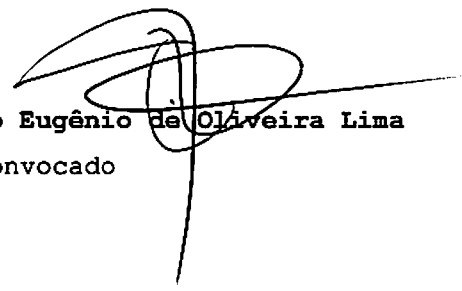
A decisão embargada decidiu de forma indubitável a questão referente à fixação do valor dos danos morais, pautada nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Evidente, portanto, a tentativa da embargante de rediscutir a matéria.

Consigne-se, ainda, que o prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei. Colho, nesta senda, a doutrina de Egas Dirceu Moniz de Aragão, para quem: "(...) tem-se admitido como tacitamente pré-questionado tema cujo respeito o Tribunal emitira julgamento, embora sem referir a norma legal incidente. Mas parece que em tais casos o problema nem se apresenta, pois, se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra da lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta" (Pré-questionamento, Revista Forense, v.328, pág. 43).

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

É como voto.

Recife,

  
Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima  
Relator Convocado